

Erro de Bresser: separar o dianteiro do traseiro.

O governo tabelou a carne de segunda e liberou a de primeira — e os problemas começaram.

A crise no abastecimento de carne pode voltar. O governo já detectou alguns desvios no mercado que, se não forem corrigidos com rapidez, podem comprometer a expectativa de inflação baixa em agosto. O erro do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, segundo técnicos do Ministério, foi tabelar o produto de segunda e liberar o de primeira. Pelos levantamentos feitos por órgãos do governo e já comunicados ao ministro, algumas distorções já estão em pleno curso.

A primeira distorção: a destinação de uma parcela substancial do estoque de carne de segunda para a fabricação de salsichas, mortadelas e da chamada carne de sol — produtos vendidos a preços superiores aos cobrados pela carne de primeira. A segunda distorção: venda de uma parcela de carne de segunda como se fosse de primeira, a preços naturalmente mais baixos, mas, de qualquer forma, superiores aos do tabelamento.

Se esse processo especulativo se aprofundar — há informações de que falta carne de segunda nos supermercados dos centros consumidores do Nordeste — poderá ocorrer mais uma crise, estimulando a expansão dos preços do boi gordo e forçando o governo a desovar seu estoque regulador para sustentar os preços de mercado. O governo, evidentemente, não quer isso. Quer, de qualquer maneira, segurar a inflação.

A inflação de julho, por exemplo, que refletirá a variação dos preços de 23 de junho passado a 15 do corrente, poderá situar-se em 2,8%, conforme os levantamentos feitos por técnicos do governo que atuam na área de acompanhamento de preços. De acordo com esses dados, a maior pressão sobre a primeira inflação do Novo Cruzado será exercida pelos cigarros, que causarão um impacto direto na taxa inflacionária estimado em 0,43%, embora constitua apenas uma parcela do repasse do reajuste de 45% nos preços do produto.

Contudo, apesar da expectativa otimista em relação a julho os técnicos admitem que a taxa possa situar-se, no máximo, em 3%. O

mesmo não ocorre com relação ao mês de agosto, cuja inflação será medida pela variação dos preços dos produtos consumidos por quem ganha de um a cinco salários-mínimos, no período de 10 de julho a 15 de agosto. Em virtude das pressões de reajustes de preços de produtos com peso importante na composição do índice, a expectativa é de 5% para a inflação no próximo mês.

Pressões de agosto

A inflação de agosto, de acordo com os especialistas que atuam na área de preços, sofrerá pressão direta dos reajustes de três produtos: os cigarros, a carne e os derivados do leite e da farinha de trigo. Em relação aos cigarros, o aumento de 45% não foi inteiramente absorvido pela taxa inflacionária de julho porque somente agora, a menos de uma semana do fechamento dos dados, o produto começa a chegar ao mercado com o preço novo. Das dez regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, em apenas três há cigarros com preços reajustados. A carne, devido às distorções no mercado, é o segundo produto que pressionará a inflação.

O terceiro fator de pressão está representado pelos derivados do leite e da farinha de trigo, mas neste caso o governo agiu deliberadamente, segurando os reajustes para evitar seu impacto na inflação de julho.

Os preços do leite e da farinha de trigo foram reajustados no dia 12 de junho, quando o governo decretou o Novo Cruzado, e o impacto resultante foi absorvido no vetor de preços que o IBGE construiu para expressar a inflação de junho, que desapareceu das estatísticas para efeito da correção de salários e ativos financeiros.

Porém, o governo segurou por duas semanas os reajustes dos derivados, ganhando precioso tempo em termos de impacto inflacionário, arriscando-se deliberadamente a enfrentar uma crise de desabastecimento. Esta, realmente começou a ocorrer, porém neste momento o governo reajustou os preços dos derivados, através da di-

vulgação das tabelas da Sunab. Ganhou, no entanto, mais dez a quinze dias, que é o tempo previsto para a regularização do abastecimento, com o retorno desses produtos ao mercado. Assim, a taxa de julho escapou desse impacto, mas a de agosto deverá assumi-lo integralmente.

Vetor de preços

O IBGE fechará amanhã o cálculo do vetor de preços que construiu para expressar a inflação de junho. Trata-se da variação dos preços no período de 15 a 22 de junho passado, absorvendo o impacto dos reajustes de preços e tarifas ocorrido no dia 12 com o propósito de reduzir a defasagem que eles carregavam.

Apesar de o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ter afirmado na Câmara que este vetor de preços ficara em 25%, as expectativas do próprio Ministério da Fazenda eram, no início da noite de ontem, menos otimistas, e indicavam uma taxa mais próxima dos 28%. Já o INPC de junho, que deveria ser divulgado no próximo dia 15, ainda que, neste caso, apenas para efeito estatístico, sofrerá atrasos de alguns dias.

Estoque de aves e suínos

O governo está decidido a formar um estoque de carnes de aves e suínos para enfrentar uma possível escassez da carne bovina no mercado. Segundo o ministro da Agricultura, Irís Resende, existe excesso dessas carnes e o governo poderá comprar para intervir, regularizando o mercado quando for necessário, a exemplo da desova da carne bovina que começou ontem em São Paulo e Rio.

De acordo com o ministro, no período de congelamento dos preços, até setembro, não faltará carne para o consumidor, da forma "violenta", como ocorreu no ano passado durante o Plano Cruzado. Para evitar essa escassez o estoque regulador de carne bovina já está sendo comercializado, mas se essas cerca de cem mil toneladas não forem suficientes, entrará a carne de aves e suínos.